



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 101ª  
(CENTÉSIMA PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Está aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Colégio de Líderes está em reunião para definir a pauta desde as 14h30min. Aproveito este momento para fazer o registro da presença de estudantes e professores, trabalhadores da educação do Centro Educacional Professor Carlos Ramos Mota, de Sobradinho, que estão participando do projeto Cidadão do Futuro como parte do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Parabenizo a Escola do Legislativo, ao passo que dou as boas-vindas a todos os estudantes e professores que estão aqui. Muito obrigado. (Palmas.)

O Colégio de Líderes continua fazendo o debate sobre a pauta, de maneira que suspenderei a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h08min, a sessão é reaberta às 16h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência dispensa a leitura das atas e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 94ª Sessão Ordinária;
- Ata da 95ª Sessão Ordinária;
- Ata da 96ª Sessão Ordinária;
- Ata da 21ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 22ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 97ª Sessão Ordinária;
- Ata da 98ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, membros da imprensa presentes, hoje venho a esta tribuna falar da situação que o nosso país vive, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Vigilante, e é importante que possamos fazer algumas avaliações.

Estamos vendo que alguns estados brasileiros têm decretado praticamente falência. Temos visto o Estado do Rio de Janeiro com dificuldades, Deputado Wasny de Roure, em fazer o pagamento dos salários dos seus servidores. Uma pré-proposta de aumento da contribuição previdenciária para até 30% do salário do servidor e também dos aposentados foi apresentada pelo governo daquele estado e diretamente rejeitada pela população.

Temos visto também, Deputado Raimundo Ribeiro, alguns estados que teriam uma economia forte, como o Rio Grande do Sul, com dificuldade de honrar os seus compromissos. Temos visto o Governo do Distrito Federal, que, graças a Deus, consegue pagar os salários em dia, mas infelizmente talvez não consiga honrar os compromissos assumidos, estabelecidos por lei, por falta de caixa, por alguns problemas, por algumas situações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Eu acredito que não devemos fazer uma discussão pontual disso, e eu quero usar a tribuna para falar justamente que é necessário que a gente repense, Deputado Wasny de Roure, a forma de gestão pública que é implantada em nosso País. Nós precisamos amadurecer a forma como a gestão pública e a administração pública são tocadas em nosso País.

Eu quero aqui, antes de dar continuidade ao meu pronunciamento, saudar os policiais civis que acabaram de entrar na galeria desta Casa e também cumprimentar o pessoal da carreira de Assistência Social e o do Socioeducativo que estão presentes também. Quero saudar a presença de todos e quero dizer que nós do bloco Juntos por Brasília, formado por mim, pela Deputada Sandra Faraj, pela Deputada Liliane Roriz e pela Deputada Telma Rufino, não só apoiamos, mas também queremos ver a situação da Polícia Civil resolvida, pois nossa cidade precisa que a situação de vocês seja resolvida, a carreira de vocês precisa ser muito valorizada – como também, da mesma forma, as demandas que foram apresentadas pelo Sindicato da Assistência Social e do Sistema Socioeducativo podem contar com esses quatro Deputados que fazem parte do nosso bloco.

Voltando a falar um pouco sobre gestão, é necessário que nós tenhamos a coragem, Deputado Agaciel Maia, de começar a construir numa nova forma de gerir. Eu acredito que o Estado precisa, sim, garantir os direitos sociais, mas ele não pode ser responsável totalmente pelas diversas manutenções que são colocadas. Então, quero defender aqui sim – eu não estou aqui defendendo nem o estado mínimo nem estado máximo – o Estado necessário. Eu acredito que o Governo deve cuidar daquilo que é necessário: educação, segurança pública, saúde, assistência social, mas, naquilo que não deve ser dever do Estado, ele deve, sim, proporcionar parcerias público-privadas, chamar o setor produtivo para que ele possa, em conjunto com o Estado, gerir e até mesmo melhorar a qualidade do serviço, porque o que a população lá fora clama todos os dias é: “pela melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados”.

O que vemos todos os dias, quando abrimos os jornais, ligamos a televisão, ligamos os rádios, é a reclamação dos usuários de serviços públicos pela má qualidade com que esse serviço público é prestado. Eu não digo que essa má qualidade é por causa das pessoas. Não. É pela falta de estrutura que o Estado não consegue dar. O Estado não consegue dar uma estrutura decente para que os policiais que fazem parte do Sistema de Segurança Pública consigam exercer seus papéis. O Estado não consegue dar, Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. que é Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Saúde – infraestrutura mínima necessária para que os professores possam dar suas aulas utilizando todas as ferramentas disponíveis; o Estado não consegue dar infraestrutura aos hospitais, aos centros de saúde para que os profissionais que são contratados pela Secretaria possam prestar um serviço de qualidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Todos os dias, quando abrimos os jornais, vemos notícias: “Ah, pacientes são transportados” – como recentemente, agora, no HRAN – “pacientes são transportados dentro do elevador de lixo, porque os elevadores que servem para transportar estão quebrados, falta manutenção, falta isso, falta aquilo outro...”

Então, Deputado Wasny de Roure, nós precisamos repensar. O que a sociedade lá fora clama não é pela forma. O que eles querem é receber o serviço público de qualidade. Nós pagamos altíssimos impostos e recebemos um serviço de péssima qualidade. É o único lugar no mundo onde se paga muito, e a qualidade não se cobra. Então, é necessário que a gente repense isso.

Eu aqui defendo, sim, que o Estado venha ser empreendedor. Ele não pode só ficar olhando para os problemas, para o seu umbigo. Ele precisa ser empreendedor, precisa buscar soluções criativas. E aqui eu não estou falando de governo a, b ou c, não. Eu estou falando do Estado em si. E, quando eu falo em Estado, é responsabilidade nossa como Câmara Legislativa, é responsabilidade do governo, é responsabilidade do Poder Judiciário buscarmos essas soluções inovadoras.

E eu me faço uma pergunta: por que, por exemplo, capitais, cidades como Vancouver, cidades como Nova Iorque, cidades como Washington, cidades como Paris, cidades como Buenos Aires – falando aqui da nossa vizinha Argentina – conseguem prestar um serviço público de qualidade, e nós não conseguimos? Qual é a diferença? “Ah, porque lá tem dinheiro, não sei o quê, blá-blá-blá...” Como foi citado aqui, nunca se combateu tanto a corrupção no Brasil como se está combatendo agora – e precisa-se combater mais –, mas o problema está no Estado paquiderme. Infelizmente, nós vivemos um mito, o mito do Estado grátis, o mito do governo grátis. Nós vivemos esse mito e precisamos acabar com esse mito.

Nós precisamos, sim, cobrar a qualidade dos serviços públicos. E aqui eu até digo que existe hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o que deve ser colocada é a lei da responsabilidade da eficiência e da eficácia do Estado. O gestor que não buscar soluções criativas para atender com eficiência e com eficácia a população, a sociedade, que é o seu principal cliente, eu não falo que ele deve ser só responsabilizado, mas ele não deve sequer participar da gestão.

É necessário que a gente repense a forma do Estado. É necessário que a gente diminua, sim, e que a gente compartilhe responsabilidades. E, quando eu falo em compartilhar responsabilidades, eu digo que nós temos que chamar a sociedade, também, para um pacto. Diminuir o mito do governo grátis e colocar para que todos possam participar. Quando eu falo do mito do Estado grátis, não estou querendo dizer que eu vou cobrar o serviço prestado, porque já pagam. Nós pagamos impostos, Deputado Wasny de Roure, nós pagamos. É necessário que o Estado busque soluções criativas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

E aqui eu quero citar um exemplo, Deputado Chico Vigilante, de uma solução criativa que foi feita numa cidadezinha pequenininha do interior da Argentina, chamada Neuquén. Lá 100% dos alunos estão em escola pública, lá a escola é pública e gratuita. Cem por cento das crianças estão em escola pública, mas quem mantém essas escolas é o empresariado local. Existe uma lei de incentivo, Deputado Wasny de Roure, para que quem financie esse tipo de coisa tenha redução na tarifa de imposto.

Era o que eu queria dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Quero também saudar os trabalhadores da carreira de assistência social e da socioeducativa, bem como o pessoal da Polícia Civil do Distrito Federal, que nos honra em fazer uma assembleia na porta desta Casa. Quero dizer que esta Casa se sente honrada com suas presenças.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Aqui está dizendo que o Deputado Bispo Renato Andrade é o Líder da Minoria, mas a minoria está tão pequena que ele não está.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, Líder da Maioria. (Pausa.)

Registro, porém, que o Deputado Wasny de Roure disse que sempre é o último a fazer uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Vejam que elegância do Deputado Agaciel Maia: primeiro, fará uso da palavra, como Líder, o Deputado Wasny de Roure, para que S.Exa. não registre mais essa sua reclamação. Em seguida, passaremos a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores da SEDESTMIDH – Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, pessoal da carreira da assistência e da socioeducativa, bem como os servidores da Polícia Civil, agentes, delegados, escrivães, no que tange à carreira da assistência, nós já pedimos à Secretária Leany, conforme solicitado pela direção do sindicato, uma audiência para, então, levar essa discussão até o Planejamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Fizemos hoje, a partir de uma discussão com o Deputado Wellington Luiz, dirigida mais ao pessoal da Polícia Civil, ação para que possamos trabalhar numa proposta com a direção do sindicato e tentar discuti-la com o governo. Não adianta simplesmente ir lá sem ter uma proposta e um ingrediente diferente, que seria uma proposta endossada pelos Srs. Deputados para discutirmos com o Sr. Governador. Ao mesmo tempo, temos que manter contato com as entidades da sociedade civil, mais especificamente a Ordem dos Advogados do Brasil e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e fazer tratativas políticas junto ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Planejamento.

Então, a nossa proposta passa por essa construção a partir de um diálogo, em primeiro lugar, com a direção dos sindicatos, com os Deputados que têm interesse nesse debate e seus assessores. O Presidente da Casa está encaminhando essa proposta e queremos continuar mantendo esse diálogo.

Mas, Sr. Presidente, eu pedi para fazer a nossa manifestação na tarde de hoje porque quero me reportar, Deputado Agaciel Maia, a um recente documento publicado no *site* da Receita Federal que me chamou bastante a atenção, a ponto de me fazer trazer esse assunto aqui à Câmara Legislativa. É um estudo que a Receita Federal fez a partir dos programas de parcelamentos especiais. Há programas da Receita Federal que chegam a dez anos com relação às dívidas ativas.

É tão interessante esse estudo, Sr. Presidente, porque mostra exatamente 2013, 2014 e 2015. A dívida ativa, que era um pouco superior a 1 trilhão de reais, chega, no ano final, 2015, a um montante próximo a 5 trilhões de reais. Esses números estão no estudo da própria Receita Federal recentemente publicado no seu *site*.

O incrível, Deputado Agaciel Maia – e naturalmente há que se debruçar sobre isso, para saber o que inclui e o que não inclui – é que demonstra a perda, a evasão de recursos públicos provenientes principalmente dos contribuintes que já fazem parte do sistema. O que fica claro é que este mecanismo que tenta criar facilidades para o infrator vem demonstrar que isso só tende a crescer como uma verdadeira bola de neve, em que os contribuintes passam a entender que é melhor entrar na faixa infracional – aqueles que negam o recolhimento das contribuições devidas ao Estado, na forma de tributo ou nas suas mais diferentes características.

Ora, isso é algo extremamente pesaroso, extremamente delicado porque um Estado que tem a dilapidação das suas finanças por procedimentos patrocinados por ele mesmo é um estado que alimenta a cultura da negligência e das práticas da improbidade.

Portanto, chamo a atenção dos colegas para isso, porque tenho utilizado dessa tribuna para falar e para dar um recado e não tenho conseguido sensibilizar os caros parceiros. Nem vou pedir aqui para os Parlamentares, porque S.Exas. têm uma sobrecarga tão grande, mas quero pedir que pelo menos a assessoria de S.Exas.,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

que os orientam sobre como se posicionarem politicamente aqui, possam ler esse estudo técnico publicado no *site* da Receita Federal. Acho que vale a pena. É desnecessário até, porque já falei nisso, mas há um servidor desta Casa, concursado, que fez um estudo também aqui para Brasília – já que não queremos analisar só os números nacionais – que aponta na mesma direção.

O interessante, Sr. Presidente, é a conclusão e a recomendação que a própria Receita Federal faz, mas não vou contar toda a novela, senão ela perde a graça. Vou deixar os colegas lerem e apreciarem o que a conclusão do estudo diz para o País acerca da perda de receita da União e do crescimento astronômico... É incrível ver o gráfico apresentado nesse estudo, eu cheguei a dizer aqui que se assemelhava a um gráfico de natureza exponencial.

Então, sugiro aos colegas que leiam e aos senhores assessores que acompanhem o *site* da Receita Federal, isso vai trazer enorme ajuda para esta cidade.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pela Liderança da Maioria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, prezados visitantes, pessoal da galeria, eu tenho dois assuntos específicos para tratar nesta tarde de hoje.

Inicialmente, Sr. Presidente, falo de uma audiência pública que houve para debater a questão das invasões e da remoção das pessoas. Houve a deliberação de alguns Deputados que estavam comandando esta reunião de que não votariam os projetos até que se resolvesse ou o governo tivesse uma posição a respeito dessa remoção.

Eu servi de intermediário e depois fiquei em uma condição difícil. Foi marcada uma audiência com o Sérgio Sampaio, Secretário da Casa Civil. Inicialmente eu tinha pedido – porque serviço público é assim, as perguntas têm que estar escritas e têm que voltar escritas as respostas – que fosse feito um documento, por parte de alguns Parlamentares, e apresentado e protocolado na Casa Civil, para que o governo dissesse que áreas tais não podiam ser regularizadas porque estavam em área de proteção ambiental e quais áreas poderiam ser passíveis de regularização.

Nós Deputados frequentemente nos deparamos com situações de remoções, que têm sempre um apelo social muito forte, porque são pessoas, com crianças, que não têm onde morar. Por outro lado, fazemos um grande enfrentamento, que são invasões que prejudicam nascentes, ou, às vezes, são invasões realizadas por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

grileiros que botam milhões de reais no bolso e depois mandam o problema para a população pobre, para o colo dos Deputados aqui, para que seja resolvido.

Então, gostaria que se apresentasse consulta de maneira protocolada e que o governo respondesse por escrito quais são as áreas que podem ser regularizadas e as áreas que realmente não têm, pela legislação, como serem regularizadas.

Eu quero, Deputado Delmasso, pedir algo à assessoria da Casa. Esse documento apresentado pelo Deputado Wasny de Roure sobre as áreas foi protocolado na OAB e em alguns outros órgãos, mas eu queria, porque dei minha palavra, que a Mesa Diretora mandasse esse requerimento do Deputado Wasny de Roure para o Sérgio Sampaio, Chefe da Casa Civil, para que a Câmara Legislativa tivesse uma resposta oficial sobre esses questionamentos.

Então, quero entregar à Mesa esse documento para que a própria Mesa Diretora encaminhe ao chefe da Casa Civil e que possamos ter uma resposta o mais breve possível para que, quando alguém procurar a Casa, tenhamos uma posição do Governo e uma posição dos Deputados.

Há outro assunto que eu gostaria de discutir. Deputado Wellington Luiz, sempre que falo em Polícia Civil, eu respeito muito o conhecimento e a dedicação que V.Exa. tem a essa causa. Muitas vezes até fui mal-entendido, porque sempre que há o assunto Polícia Civil, eu, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e Relator do Orçamento do Distrito Federal, tenho de ouvi-lo. Às vezes, até me neguei a receber o Gaúcho, ou grupos, sem a sua presença. Nós tivemos – e V.Exa. esteve presente – uma audiência aqui, com o Secretário de Fazenda e com a Secretária de Planejamento, sobre o relatório quadrimestral que o Governo é obrigado, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a apresentar de quatro em quatro meses, para fazer uma grande discussão sobre o problema e buscar uma solução para o reajuste da Polícia Civil; essa equiparação com a Polícia Federal.

Fiz um demonstrativo, e o apresentei, de que quando o Fundo Constitucional foi criado – o Sandro, o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Wasny de Roure estavam presentes –, a Polícia Civil tinha a maior participação das três áreas de segurança: Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil. Eram seiscentos e poucos milhões para a Polícia Civil e, em segundo lugar, quinhentos e poucos milhões para a Polícia Militar. Fiz alguns intervalos, marquei 2003, 2010 e, depois, a projeção para 2017.

A Polícia Civil vem perdendo, durante esse período, desde a constituição do fundo que foi criado para a segurança, podendo ser estendido tanto para a área de educação como para a de saúde, mas o foco principal do custeio do fundo seria a segurança pública. A Polícia Civil, durante esse período todo, vem perdendo participação relativa nos valores estabelecidos para custear a Polícia Civil em detrimento da participação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Hoje, há um transbordo entre os valores colocados para segurança, educação e saúde, além do Fundo Constitucional, que é um valor estabelecido pela Receita Corrente Líquida da União, que estabelece o valor do Fundo Constitucional a cada ano. Antes, estava tramitando pelo Orçamento do Distrito Federal, mas agora, a partir de 2017, deixa de tramitar. Há um transbordo; ou seja, o governo tem de colocar dos seus recursos praticamente 8 bilhões de reais para complementar essas despesas.

Uma forma de resolver essa questão do reajuste da Polícia Civil, uma das saídas, seria fazer uma maior participação dos recursos das receitas tributárias, como IPVA e IPTU, ou de capital, como vendas de terrenos ou outras transferências da União. Poderia haver uma maior participação para segurança e educação dos recursos do tesouro; abrindo, no Fundo Constitucional, uma participação maior para a Polícia Civil. Inicialmente, o governo tinha oferecido 28 milhões, quando, na realidade, para equiparar com a Polícia Federal, daria um reajuste de cento e poucos milhões. Essa seria uma saída.

A segunda saída que poderia ser vislumbrada seria, já que são 28 milhões para 108 milhões – se não está fugindo da minha memória o valor exato – Deputado Wellington Luiz, ou um trabalho político junto aos Deputados da bancada federal de maneira que fosse feita uma emenda de bancada dos Deputados Federais que, além das emendas individuais, têm direito a emendas de bancada de valores que complementassem essa diferença de vinte e oito milhões para cento e poucos milhões.

Poderia também ter a participação dos próprios Deputados Distritais através das emendas a que têm direito. Pega-se a reserva de contingência do orçamento, tira 1% e divide-se o restante para os 24 Deputados. Assim se acha ao valor das emendas a que cada Deputado tem direito por ano. Isso dá dezoito milhões e seiscentos e poucos mil para 2017. Que pudesse ter também, Deputado Wasny de Roure, a participação dos Deputados Distritais, porque nós sabemos que nunca conseguimos, do ponto de vista de execução, mais do que cinco ou seis milhões por ano. Que os Deputados Distritais pudessem participar desse bolo complementar colocando parte de valores das suas emendas para que pudesse exatamente complementar essa equiparação de cento e poucos milhões quando o governo ofereceu só vinte e oito milhões.

Então, as saídas orçamentárias, pelo menos do ponto de vista que eu vislumbro, seriam, Deputado Wasny de Roure, essas. Uma delas seria o governo deslocar parte dos recursos do fundo, seja para a educação, seja para a saúde, complementando com o Tesouro, já que há esse transbordo de 8 bilhões. A outra seria exatamente fazer esse esforço político. Sobre isso, eu conversei com o Deputado Wellington Luiz, com o Sandro, que existem essas saídas para que o governo possa sair desse impasse.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa., que hoje é o maior especialista em fundo constitucional em nível de bancadas federal e distrital.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu agradeço, mas ainda estou longe disso. Um dia, a gente chega lá.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. vai ser o relator geral do Orçamento. Nós estamos discutindo uma alternativa – claro que o orçamento não significa que o governo vai executar – para poder permitir que o governo tenha condições de trabalhar essa possibilidade do reajuste dos servidores da Polícia Civil. Nós já nos reunimos com o pessoal do sindicato na construção desse montante. Queremos apresentar para V.Exa. antes mesmo de dar o nosso relatório setorial.

Eu não quero fazer dessas coisas um cenário de conflito, porque eu sei das suas responsabilidades e tenho muito respeito por V.Exa. Mas creio que pode ser, sim, um mecanismo com amparo na legislação que, pelo menos, crie um cenário mais propositivo e mais esperançoso para o segmento.

Agora, acredito que o Governo do Distrito Federal... O diálogo apenas do sindicato, nosso, na tentativa de sensibilizá-lo já esgotou. Não vejo mais essa possibilidade de sensibilização do governo. Foi dito, não na reunião com o Presidente do Sindicato da Polícia Civil, o Gaúcho, mas na reunião anterior aqui conosco no Colégio de Líderes que o governo estaria em condições de receber a Polícia Civil apenas em fevereiro. Depois foi desmentido aqui neste plenário. Ora, eu estou preocupado porque eu entendo que é uma matéria que nós dependemos tanto da área federal quanto do Governo do Distrito Federal. Nós não podemos suprimir a responsabilidade de cada um. É uma noção absolutamente híbrida que tem que ser levada em conta.

Eu acredito que esta Casa, com o acompanhamento da direção do sindicato, deveria, sim, trabalhar a alternativa de uma proposta – que talvez nem venha a agradar totalmente a Polícia Civil. Seria até desgastante para a gente assumir essa posição, mas que nós possamos ter a sensibilidade de dialogar com o governo.

Nós estamos passando por uma fase de extrema indiferença do governo para com o movimento, e isso é muito ruim. Nós já estivemos no Ministério do Planejamento, com o Deputado Bessa, onde foram discutidas várias questões relevantes. O governo recusou-se a receber o Deputado Bessa – é bem verdade que por outras razões –, mas seria importante aquele abrir um canal de diálogo com o Governo Federal a partir de um diálogo dele com o Presidente da República.

Então, eu fico muito apreensivo porque, se nós não tivermos essa posição de maior abertura por parte do governo, boa vontade para negociar, nós vamos ficar num absoluto isolamento com o pessoal da Polícia Civil. Eu quero sugerir aqui – tenho feito isso na reunião lá com o Presidente da Casa – que nós dialoguemos com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

os setores da sociedade civil – a Ordem dos Advogados do Brasil, a CNBB, que é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – porque quem vai pagar o preço não é o governo, quem vai pagar o preço é a sociedade civil. Isso é muito importante para que nós possamos sair desse quadro de isolamento.

O que mais me preocupa neste momento é o quadro de isolamento. É o que, neste momento, mais interessa ao Governo do Distrito Federal do que qualquer outra coisa. Parece que ele não está muito preocupado com uma situação que possa ser operacionalizada. Eu acho esse quadro que está diante de nós extremamente preocupante porque, com o enfraquecimento da segurança pública, quem está pagando o preço é a população do Distrito Federal. (Palmas.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o pronunciamento de V.Exa. e o incorporo ao meu discurso. Contudo, eu não estou discutindo essa questão política, nem essa questão de receber Deputado ou deixar de receber. Eu apenas, como técnico da área, estou dando algumas sugestões de encaminhamento.

Eu acho que tanto o Deputado Federal, como o Senador, como o Deputado Distrital têm autonomia sobre os valores das suas emendas, e o governo ficaria sem nenhum argumento, porque, da mesma maneira que nós oferecemos recursos para a educação, para a saúde, para a infraestrutura, a construção civil, poderíamos também fazer emendas individuais da nossa cota parlamentar para a Polícia Civil – tanto os Deputados Federais como também os Deputados Distritais. (Palmas.)

Então, o que é difícil e às vezes fica na discussão, Deputado Wellington Luiz, é que nós temos que criar algumas alternativas para que sejam apresentadas soluções. Se a diferença é de oitenta, ou menos, de setenta e poucos milhões, essa diferença pode ser construída por emendas não só da bancada federal, como também da bancada distrital.

É o que eu tinha a falar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Eu só quero saudar todos os policiais civis que estão presentes aqui e ser solidária à fala do Deputado Wellington Luiz. Eu vou ter que sair, Deputado. Estou com um compromisso, mas, qualquer que seja a decisão – por obstrução, por encaminhamento de encaminhar ofício – que V.Exa. tomar junto com o sindicato, pode contar com o apoio do bloco do PPS. É essa a minha orientação.

Obrigada, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz pelo bloco Amor por Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço a gentileza de incluir na Ordem do Dia os requerimentos (falha na gravação), de 2016; 2.126, de 2016; e 2.068, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Estão todos os requerimentos e moções na Ordem do Dia, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Só para fazer um convite. Chegou a esta Casa e me coube a relatoria, na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal. Então, aproveito para convidar os assessores dos Parlamentares interessados em debater a questão da cultura e todos os Parlamentares para uma reunião técnica na sexta-feira, às 14 horas, na sala de reuniões das comissões. Eu vou fechar o relatório, que está em regime de urgência, e vou colocá-lo em pauta de votação no dia 23, na quarta-feira próxima. Peço que os Deputados interessados, os Parlamentares, quem estiver disposto a fazer emenda, que apareça nessa reunião técnica para que eu possa produzir um relatório coletivo, já pacificado, para a gente não ter que debater depois ou agregar emendas de plenário.

Então, estão todos convidados: sala de reuniões, sexta-feira, às 14 horas, para debater e fechar o relatório da Lei Orgânica da Cultura.

Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz; obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado; obrigado, Presidente.

Quero inicialmente cumprimentar todos os policiais e todas as policiais que estão aqui. Quero agradecer a presença e dizer que eu acho que essa é a medida certa. Presidente, eu acho que o que nós, o que o Parlamento tem que fazer agora é tomar uma medida prática, porque eu acho que de discurso a categoria está cheia. Ninguém aguenta mais.

O que esse governador está fazendo não é só gerar uma ansiedade maior no seio da categoria. O que ele está fazendo é aumentar a violência no Distrito Federal. Há pouco, eu e a Deputada Celina Leão recebemos uma mãe que teve uma filha vítima de latrocínio. Sabe por quê? Porque a insegurança tomou conta, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Chico, do Distrito Federal, e aqueles que podem conter isso estão sendo marginalizados por esse governador.

Mas eu acho que o papel é desta Casa: se nós Parlamentares não fizermos a nossa parte, nós também estaremos, a exemplo desse governador, virando as costas. Eu acho que o papel agora, a obrigação, Deputado, é nossa. Nós temos vários instrumentos, como trancar a pauta. Nós temos que deixar de votar em respeito a essa categoria.

O que não se pode mais é ver tanta inércia e tanta incompetência por parte desse governador. E aí o custo está sendo alto. Não é só para nós policiais, não, Deputado Wasny de Roure. O custo está alto para a população, porque a população hoje está completamente desassistida de atenção do governador. Se ainda tem segurança, é por causa do trabalho heroico dos policiais. E aí, Deputado, tem uma coisa que eu sempre disse: feliz a sociedade cujos policiais reclamam melhores salários, porque ela depende deles. O dia em que o policial não precisar, Deputada Luzia de Paula, reclamar o seu salário, alguma coisa está errada. E aqui, no Distrito Federal, Cláudio, você que faz parte da nossa carreira e tem lutado muito por ela, você sabe o que esses policiais têm feito para garantir o mínimo de segurança.

É covardia o que esse governador tem feito! Ele está empurrando com a barriga o tempo inteiro, tentando enrolar, e nós aqui seremos coniventes se não fizermos alguma coisa. Eu disse isto para o Rodrigo: Rodrigo, é aqui mesmo que vocês têm que reclamar. A categoria está certa em estar aqui porque elegeram os seus Deputados, e nós temos a obrigação de defendê-los. E, defendendo os policiais, nós estamos defendendo a segurança pública do Distrito Federal, que é tratada com todo desrespeito.

Dinheiro o governador tem. O Deputado Wasny de Roure, que é o maior especialista que tem aqui, já provou: nós não somos prioridade, não somos os queridinhos desse governo. Aliás, desse governo ninguém é queridinho, porque, pelo jeito, ele não respeita ninguém. É difícil você achar um queridinho. Agora, o que não dá mais é para esta Casa ficar em silêncio.

O Deputado Delmasso, que vem dos movimentos sociais, sabe da necessidade de se ter uma polícia atuante. Hoje não temos efetivo, não temos aparelhamento e não temos respeito. O que sobrou para essa instituição, ao ponto de todos os servidores chefes entregarem seus cargos de chefia porque não querem fazer parte deste governo? Ele criou uma confusão política e administrativa jamais vista na Capital da República, e vai piorar, porque se ele não respeita a segurança, não há de respeitar mais ninguém. Ele está indolor, está insensível a tudo isso. Isso já foi provado.

Eu concordo com quem disse no Colégio de Líderes que não adianta mais se reunir com esse Governador. O que nós temos que fazer agora é esta Casa fazer a parte dela, com ações objetivas, trancando pauta. Outras ações serão necessárias,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

para que este Governador comece a ouvir o Parlamento e tratar com respeito os policiais.

Sr. Presidente, peço encarecidamente a cada companheira e companheiro Deputado, que venceu as eleições na base do compromisso com seus eleitores. O que seus eleitores querem, no mínimo, é segurança, pois a violência descambou. Se os senhores e as senhoras não nos ajudarem, o custo vai ser muito alto. O custo é pago com o sangue da população, principalmente dos indefesos, dos inocentes. Esse Governador está pouco se lixando para isso, está pouco se importando com o que acontece com nossa cidade. Está provado isso. Ou a gente faz alguma coisa, ou então a gente tem que ser enterrado junto com esse Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle, pelo Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído na pauta da Ordem do Dia o Requerimento nº 2.145, de 2016, que trata de uma audiência pública para discussão da coleta seletiva no âmbito do Distrito Federal, porque a audiência está próxima.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo na pauta da Ordem do Dia a proposição apresentada.

Devolvo a palavra ao Deputado Joe Valle, em nome do Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dar boa tarde a todos e quero deixar claro aqui que, nessa questão tratada pelo Deputado Wellington Luiz, nós estamos fechados com o Deputado Cláudio Abrantes, do nosso bloco, que também é da Polícia Civil e tem tratado isso com toda a atenção. O bloco está fechado com o posicionamento do Deputado Cláudio Abrantes, e nós o seguiremos. Com a licença do meu Líder, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós temos esse acordo no bloco e estamos juntos.

Dentro disso, Sr. Presidente, eu gostaria de falar uma coisa e ressaltar um processo. As pessoas estão confundindo conceitos, confundindo o processo, achando que austeridade é sinônimo de prosperidade. Isso acontece quando as pessoas não entendem de gestão. Na realidade, o remédio tem que ser igual para todos. Ao tratar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

os diferentes de forma igual, comete-se um monte de injustiça. Então, enquanto houver a ideia de que esse momento de austeridade vai significar prosperidade, muita gente vai morrer no caminho.

Não adianta ter contas públicas totalmente sanadas, se a população está infeliz. Não posso medir a eficiência de nada pela conta bancária, tenho que medir pela vida das pessoas. Essa é uma lógica muito clara e tem que ser clara na questão da gestão pública, que é diferente da gestão privada. Inclusive, há uma grande campanha refletida nas eleições, de que se deve botar empresário para ser gestor, porque ele entende. Isso é verdade, eu não tenho dúvida de que temos que botar gerentes e gestores de qualidade, porque na hora em que se faz gestão pública, há um componente do serviço público claro para a população, e na hora em que se trabalha a austeridade profunda, isso vai exatamente contra a prosperidade da população. Tudo tem limite nesta vida, e eu não posso me esconder atrás do problema claro de gestão pública pela incapacidade dos gestores.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, que eu me coloco aqui entendendo a necessidade de austeridade, mas com limites. O limite está na felicidade das pessoas, no compromisso da vida das pessoas. O gestor público não pode, não deve e, se depender da vontade da Câmara, não vai virar as costas para as pessoas, porque o principal capital, o principal ativo das instituições, é recurso humano.

Estou aqui, Sr. Presidente, com muito pesar porque vou sair agora deste plenário para ir ao enterro de uma criança de 4 anos de idade, neta de uma pessoa muito ligada a mim. Neta de uma pessoa mais nova do que eu, que faleceu em função da desorganização do setor de saúde do Distrito Federal. Uma criança, que não tem culpa de nada, faleceu em função da desorganização. Quem vai ser preso por isso? Quem vai pagar essa conta da vida inteira de uma criança, que foi tolhida, foi cortada pela falta de organização? Nós chegamos ao limite do limite. Não podemos aguentar mais.

Eu concordo com os Deputados que falam que, agora, esta Casa precisa tomar uma atitude clara. Somos 24 Deputados, representamos mais de 400 mil pessoas diretamente, que votaram nos quadros desta Casa. Elas esperam de nós atitudes claras. Não atitudes de oposição irresponsável, de desconstrução de nada e de ninguém, mas atitudes de construção de uma Brasília melhor, levando em consideração que aqui se tem capacidade, inteligência e experiência para se trabalhar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Joe Valle, achei essa abordagem bastante inteligente da sua parte. Não é novidade para nós, V.Exa. é um dos Deputados mais criativos que esta Casa tem o privilégio de ter.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Acho muito oportuno V.Exa. abordar que não adianta se governar como uma contabilidade. Se fosse assim, não precisaria haver governador, bastaria um contador-geral-mor. É bem verdade que a legislação evolui muito na direção de um gestor que tenha responsabilidade com as finanças. Sem dúvida, essa é uma exigência, sobretudo decorrente da Lei Complementar nº 101, tradicionalmente chamada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Mas, Deputado Joe Valle, o que me assusta é que, parece-me, a gente tem aquela síndrome de governar criando uma expectativa falsa para a população e, ao mesmo tempo, não criando nela um sentimento de confiança e de esperança.

Eu fico analisando, por exemplo, um retrato eleitoral. Íris Rezende foi reeleito. Reeleito, não. Ele já foi governador vários anos, foi prefeito de Goiânia, e um homem com mais de 80 anos é reeleito no segundo turno. É impressionante. Eu era moleque à época na cidade de Goiânia, quando então, no seu primeiro mandato de prefeito em Goiânia, ele propunha e participava dos chamados mutirões. Mutirões eram procedimentos a que a Administração Pública toda ia. O próprio prefeito ia para ajudar na construção de casas modestas. Eram casas absolutamente modestas. Foi o histórico bairro em Goiânia chamado Redenção. Tanto é verdade que o nome está associado a quê? A uma esperança, a um cenário de esperança.

O Deputado Delmasso, hoje, na reunião dos Deputados, abordou um tema extremamente importante. Ele falou, inclusive, aqui no plenário da Casa na tarde de hoje. Esta é a nova geração de parlamentares que nós temos a grata satisfação em tê-los. Eu quero concordar. Eu quero concordar porque – veja bem, Deputado – o Governador assumiu um empréstimo astronômico, que, inclusive, já havia sido trabalhado pelo governo anterior e a que ele deu continuidade. O contrato já estava assinado, mas o Valmir Campelo – me parece, não tenho certeza, pois não estava lá, não vi – rasgou o contrato que havia sido assinado com o governo anterior e, aproveitando o novo governo, assinou, tendo em vista que ia visitar a direção da Caixa Econômica Federal, ou melhor, do Banco do Brasil e, aí a obra do BRT Norte, em Sobradinho e Planaltina, com muito custo foi restabelecida. O empréstimo me parece que foi de mais de 500 milhões de reais.

Entretanto, Deputado Joe Valle – veja bem, Deputado Delmasso –, nós hoje temos dois pontos de estrangulamento do ponto de vista de salas de aula: um no Riacho Fundo II e o outro no Paranoá. Esses pontos de estrangulamento estão ocorrendo por causa dos programas habitacionais que o GDF e as cooperativas estão implementando. A cidade não se preparou para esses programas, o máximo que fizeram foi deixar os terrenos – me parece – para oito ou nove escolas do GDF.

Ora, Deputado Joe Valle, eu fiquei me perguntando se é possível você conseguir um empréstimo para ampliar o sistema viário extremamente necessário para a população, enquanto que para os jovens, para as nossas crianças, não é





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

possível se conseguir 10 milhões, 20 milhões, 100 milhões de reais para a construção de novas escolas. Nós vamos entrar em um colapso.

Visitei recentemente o diretor da Regional de Ensino ali no Paranoá, Prof. Isac, e ele me disse o seguinte: Deputado, nós temos uma demanda reprimida na nossa cidade, porque a Regional do Paranoá inclui o Itapoã e o Paranoá. Nós temos uma demanda reprimida de quase quatro mil estudantes. Quatro mil, em uma das nossas menores cidades, que não têm acesso ao atendimento da rede pública escolar.

Ora, Deputado, com todo respeito à capacidade de gestão, é inadmissível um gestor aceitar que as nossas crianças fiquem fora das salas de aula, fora das suas creches, à mercê da criminalidade. É por isso que acontece esses episódios como o de hoje, lamentavelmente! Desculpe, mas eu estou emocionado.

Hoje eu estive na cidade de Santa Maria. Fui visitar a escola da 406 e fiquei admirado. Eles estavam com uma série de atividades em curso. Eu entrei em uma das salas, Deputado, e fiquei admirado, porque na minha formação, eu não tive oportunidade de estudar filosofia, mas os alunos foram me dar aula a respeito do pensamento de Descartes – o método, sobretudo. Fiquei entusiasmado com a aula de filosofia sobre um pensador dos mais respeitados, aula dada por alunos da Região Administrativa de Santa Maria.

Muito obrigado.

DEPUTADO JOE VALLE – Deputado Wasny de Roure, eu fico muito feliz com esse trabalho. Ontem, eu vi a Ministra Carmen Lúcia falar sobre a questão dos presídios. Ela falou o mesmo que Darcy Ribeiro já havia falado. Ele disse há vinte e poucos anos que, se os governadores não construíssem escolas, não haveria recursos suficientes para construir presídios. Essa é uma realidade que vivemos hoje.

Eu estava conversando com o pessoal do Sindsasc – Sindicato dos Servidores da Secretaria de Assistência Social e Cidadania sobre a importância do pessoal da assistência: os CRAS, os CREAS. Todos estão completamente desaparelhados a ponto de serem fechados, e nós não podemos mais bancar esse modelo de austeridade que vira as costas para o ser humano, para as pessoas, para os cidadãos. Nós estamos em um círculo vicioso, porque eu não tenho dinheiro e preciso arrecadar mais; eu não consigo aumentar a minha base de arrecadação, há um modelo completamente diferente.

Eu precisava trazer mais empresas ou segurar as empresas aqui, para que eu tenha uma base de imposto maior, para que eu tenha dinheiro para pagar, porque chegou no máximo. Não dá mais. Eu tenho de arrecadar mais para caberem meus custos. Não dá mais para diminuir custos porque estamos desmontando o Estado, e isso é uma coisa extremamente complicada, Líder.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Que possamos discutir nesta Casa, de verdade, porque nós temos, hoje, uma solução apontada, que está sendo construída, dizendo-se que é o único caminho, e não é o único caminho. É um círculo vicioso que estão colocando para diminuir custos. Há, com isso, a necessidade falsa de que é o Estado que consome todo o recurso do processo. De verdade, é a má gestão dos gestores que estão aí e dos que têm passado pelos nossos governos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria confirmar minha inscrição nos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – V.Exa. é o próximo nos Comunicados de Parlamentares.

Pergunto ao Deputado Chico Vigilante se S.Exa. vai fazer uso da palavra. S.Exa. está inscrito, é só para confirmar. (Pausa.)

Deputado Julio Cesar, V.Exa. fará uso da palavra? (Pausa.)

Deputada Luzia de Paula? (Pausa.)

Deputado Prof. Reginaldo Veras? (Pausa)

O Deputado Joe Valle fará uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, imprensa, nobres Pares. Uma saudação especial aos meus companheiros da Polícia Civil do Distrito Federal que ainda estão aqui.

Essa categoria é guerreira, Sr. Presidente. Falo guerreira na acepção mais forte da palavra mesmo, porque suportar o que essa categoria está passando não é para qualquer um, não é para qualquer categoria. Falo isso porque a Polícia Civil do Distrito Federal está sofrendo o pior dos piores. Quero apenas lembrar aqui, visto que vários Deputados se manifestaram em prol da categoria.

Primeiro, é extremamente importante o envolvimento desta Casa, Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Delmasso. A solução virá por aqui com todos os instrumentos que foram colocados e que podem ser colocados à disposição da categoria. A solução parte de um conjunto e não de um em especial. Infelizmente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

não teremos o anjo, o santo ou aquele que vai resolver o nosso problema, vai ser em conjunto.

Nisso eu quero manifestar minha extrema admiração pela união da Polícia Civil do Distrito Federal em prol de uma causa, que é a causa da paridade. Vejam que eu estou falando de causa. É algo que tem todo um ideal em torno dele.

Não estamos falando de mera reivindicação salarial da Polícia Civil do Distrito Federal. Não. Estamos falando de algo que acompanha a história da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal: a paridade entre essas duas corporações.

Eu digo que a polícia amarga o pior dos piores porque – só para lembrar, Deputado, vários estavam nesta Casa e ajudaram –, no governo anterior, a mensagem do reajuste, da paridade, de recomposição da Polícia Civil chegou até o Gabinete da Presidente da República no Palácio do Planalto. Todos sabem disso.

Chegou lá pelo então Governador Agnelo, que levou essa mensagem, e não foi concedido reajuste porque se alegou a paridade. Não podia, naquele momento, ser concedida uma recomposição salarial para a Polícia Civil, visto que a Polícia Federal estava numa crise com o Governo Federal e, portanto, se fosse concedido o reajuste para a Polícia Civil, causaria um problema para a Polícia Federal, um problema do Governo Federal com a Polícia Federal.

Agora é concedida a recomposição salarial à Polícia Federal. Não se pode dar o reajuste à Polícia Civil, porque vai causar um problema entre o Governo do Distrito Federal e os outros servidores. Ora, isso é o mais completo dos absurdos. A Polícia Civil está sendo penalizada por conta dessa disputa.

É importante que esta Casa se envolva, envolva-se com muito vigor, com muito vigor mesmo, porque nós vamos precisar. Os sindicatos têm se esforçado de maneira extrema. Vários e vários atores políticos estão envolvidos nesta causa: no Governo federal, no Governo local, seja Oposição, seja Situação. Não se trata mais disso. Trata-se agora de a sociedade do Distrito Federal, representada pela sua classe política, resgatar uma das categorias que, ao longo de sua história, melhor desempenhou as suas funções, com todo o respeito às outras categorias. O serviço de excelência da Polícia Civil do Distrito Federal, mesmo num momento conturbado como este, ainda existe, ainda vai à frente.

Nós não estamos falando só da recomposição da paridade, não. Nós estamos falando de uma polícia que trabalha com o mesmo efetivo desde 1993, Deputado Julio, e, mesmo assim, cumpre o seu papel com efetividade. Nós estamos falando de uma polícia que está sucateada, que tem dificuldade com colete, com armamento, com viatura. Nós estamos falando de uma polícia que, na avaliação – o Deputado Wasny não está aqui, infelizmente teve que sair – dos números do Fundo Constitucional, nos últimos anos, tem uma constância de investimentos. Enquanto outras forças, outras corporações, estão numa curva ascendente, a Polícia Civil se mantém em uma curva constante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Então, isso é muito ruim, porque, volto a dizer, a Polícia Civil do Distrito Federal é responsável pela estabilidade da segurança pública. Não há outro lugar onde se possa dar estabilidade à segurança pública, porque é ela que recolhe, que consegue fazer o inquérito, apontar os culpados. É isso que serve de base para a ação penal, para o poder punitivo do Estado, que vai punir, que vai deixar um traficante na cadeia, que vai deixar um esturpador na cadeia, um ladrão. Agora nós vemos explodir os índices de criminalidade porque não há como manter a estabilidade. Não adianta prender, dar flagrante, levar se a Polícia Civil não tiver condições de dar prosseguimento e de fazer suas ações.

O Deputado Wasny citou René Descartes, que tinha esta frase muito interessante: “Não há método fácil para resolver um problema difícil”. Então, hoje nós temos um problema difícil de resolver numa parada do governo local, numa postura do governo local. Eu sempre disse e vou dizer em todos os cantos, seja para o Governador, seja para a categoria, que não concordo com a postura adotada pelo governo local, não é assim que ele vai resolver. A Polícia Civil já pagou, já passou da sua cota de sacrifício.

Deputado, neste momento, vemos a galeria ser ocupada por policiais, policiais que estão deixando as suas funções. O policial civil gosta de ser policial, gosta da função que exerce, sabe que põe a sua vida em risco não por salário, mas pela vocação de ser policial. E é por isso que essa é a melhor polícia judiciária deste País, ainda é, é um patrimônio do Distrito Federal. Como disse aqui o Deputado Wellington, é uma polícia que vive do seu salário. Pergunte a qualquer membro da imprensa quando houve a última notícia de caso de corrupção na Polícia Civil, como acontece em diversos outros estados do País. Não tem, ninguém vai puxar pela memória para lembrar, porque são raros, porque é uma polícia que vive do seu salário e se dedica em função disso. A Polícia Civil não vai enveredar por outro caminho, do ponto de vista dos seus valores, por conta da questão salarial. Mas é muito triste vermos que quem está ali combatendo o crime, numa linha tênue entre o que é certo e o que é errado, sempre se mantendo ao lado do que é certo, não ter a valorização do Estado, do governo.

Então, está na hora de a sociedade entender que a Polícia Civil não está lutando somente por uma questão salarial, não; ela está lutando por respeito, pela sua vida, pela sua manutenção, para continuar prestando um serviço de excelência para cada um do Distrito Federal sem olhar a quem.

É uma Polícia Civil que atende, que vai combater o crime cometido contra um morador lá do Sol Nascente e vai combater o crime contra um morador do Lago Sul, do Lago Norte – falando-se de áreas mais simples e áreas mais nobres. É uma polícia que vai combater o crime independentemente de o agente ter colarinho branco ou de estar com o pé na chinela. Não faz diferença para a Polícia Civil. É isso que faz dela um orgulho para o brasileiro, mas ela também tem que ser um orgulho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

para o governo. O governo tem que se movimentar nesse sentido em todas as suas esferas.

Então, o sindicato está fazendo um esforço muito grande, conversando com os Deputados. Nós pedimos a todos os Deputados que olhem com carinho isso, porque, com todo respeito, quem tem um bom salário consegue contratar uma educação de qualidade se não está satisfeito com a educação pública. Eu discordo, eu acho que nós temos uma educação pública de boa qualidade. A saúde, essa sim, está de péssima qualidade. Quem tem um bom salário consegue, sim, contratar um plano de saúde. Agora, segurança pública, segurança, estabilidade na segurança, não se consegue. Essa, quem pode fazer são as forças policiais e, em especial, a Polícia Civil, que está numa fragilidade muito grande. Nós, Deputados, temos obrigação de dar essa resposta. Esperamos que todos os 24 Deputados distritais, independentemente de sigla, de partido, de posição, se é base, se é oposição, todos, sem exceção, abracem essa causa, porque é algo que interfere na vida, no dia a dia de cada cidadão e cidadã deste nosso Distrito Federal.

Podem contar com esta Casa. Eu tenho a certeza de que nós, seguindo a máxima de Descartes, vamos encontrar uma solução que não vai ser uma solução fácil para esse problema difícil. Mas eu tenho fé que juntos, nessa união, nós vamos chegar ao nosso objetivo, que é a paridade, a causa da paridade com a Polícia Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero apenas registrar, com muito pesar, que D. Maria Rezende, lá de Sobradinho, pessoa que teve uma longa história naquela cidade, foi habitar noutro lugar após caminhar aqui conosco ao longo de 95 anos.

Professora por formação, educadora, ela trouxe um grande legado para Brasília e, em especial, para a cidade de Sobradinho, porque fundou, em 1964, se não me engano, no dia 21 de maio, o Centro de Ensino Santa Rita, lá de Sobradinho, tradicional, que, há poucos anos, há dois anos, comemorou o jubileu.

Ela procurou, não apenas na sua escola, transmitir conhecimentos, mas, acima de tudo, Sr. Presidente, ela procurou formar cidadãos. Esses cidadãos foram formados tendo como alicerce principal a questão da família, que hoje é tão atacada. Ela resistiu a tudo e conseguiu escrever uma das mais belas páginas da área de educação aqui no Distrito Federal. Ela deixou 8 filhos, 21 netos, 25 bisnetos e um tataraneto. Mas esse não é, no nosso entendimento, o legado mais importante. O legado mais importante que ela deixou para cidade de Sobradinho, para o Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Federal foi exatamente o fato de não apenas transmitir conhecimentos na sua formação de magistério, mas, principalmente, de formar cidadãos para o Distrito Federal, cidadãos de bem, pessoas decentes.

Sobradinho não poderia deixar passar em branco essa lembrança. Evidentemente, existe a dor da perda, mas a cidade de Sobradinho ficará com o sentimento de saudade de uma pessoa que ajudou a escrever uma das mais belas páginas da história educacional do Distrito Federal.

Dona Maria Rezende, conhecida como Vó Cotinha lá em Sobradinho, foi habitar noutro lugar, mas se imortaliza pela sua obra, que é seguida, inclusive, por seus filhos. E a característica de família é estampada no fato de que a escola hoje, Deputado Delmasso, é dirigida por três irmãs, a Marilda, a Márcia e a Maria Elisa. São pessoas que dirigem aquela escola com o mesmo espírito fiel à origem e ao sentimento que permeou todos os atos da Dona Maria Rezende.

Então, quero deixar registrado aqui nos Anais que perdemos uma grande pessoa, mas essa dor é substituída pela saudade de tudo o que ela deixou para a nossa cidade.

Eu gostaria também de abordar um outro tema muito debatido na nossa cidade, que é exatamente a questão das derrubadas.

Hoje, tivemos, no Colégio de Líderes, uma reunião em que os moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro chegaram até esta Casa para pedir socorro. Socorro, porque o governo insiste em agir sem sequer conversar.

O Presidente, Deputado Juarezão, juntamente com vários outros Deputados, está buscando restabelecer o diálogo com o Poder Executivo, para que a gente possa não mais ter que conviver com essas sandices que acontecem no Distrito Federal a todo momento.

Espero que segunda-feira, na audiência em que a Diretora da Agefis se fará presente, ela possa se sensibilizar com os apelos feitos pelos Deputados. O Deputado, quando fala, não fala por si apenas, mas por um número enorme de pessoas que trazem para esta Casa todas as demandas que não conseguem resolver no Poder Executivo.

E também no Colégio de Líderes tivemos a oportunidade de receber os representantes da Polícia Civil do Distrito Federal, que, assim como nós, estão muito preocupados com tudo o que está acontecendo no Distrito Federal. E tudo o que está acontecendo, Deputado Chico Vigilante, parece que se deve exclusivamente ao fato de que o Governador entende que esse problema não é dele, quando na verdade é. Ele é Governador do Distrito Federal e, como tal, tem que oferecer uma alternativa para a cidade, porque não dá mais para a cidade continuar tendo vítimas. O que a gente percebe hoje...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Na madrugada de sexta para sábado, se não me engano, tivemos quatro homicídios nesta cidade. Centenas de policiais militares estão lotados na Casa Civil, no gabinete do Governador... Quer dizer, não dá para entender uma coisa dessas quando o Presidente de um País vizinho, o Mujica, abdica de todos aqueles paramentos que o cargo poderia lhe oferecer. Mas aqui, não. Aqui parece que as pessoas fazem questão de ostentar uma autoridade que deveria decorrer dos atos e não apenas do cargo. Até porque a pessoa é importante não pelo cargo que ocupa, mas pelo trabalho que faz, e lamentavelmente o Governador Rodrigo Rollemberg não está conseguindo atender às expectativas da população desde 2015. Mas fica aqui o nosso apelo para que ele resolva essa questão da segurança.

Não dá para a gente ficar buscando a solução da segurança lá na área federal. Temos que buscar é aqui, porque a responsabilidade é nossa. Quando digo nossa, ela parte principalmente, Deputado Chico Vigilante, do Poder Executivo. É ele quem pode. Mas, para isso, é necessário que o governador entenda que ele tem de dialogar. O fato de você ter circunstancialmente se sentido ofendido, ou alguma coisa assim, não lhe dá o direito de desconhecer o dever de atender àquelas pessoas que representam a população.

Estou me referindo ao Deputado Laerte Bessa, que pode até, eventualmente, no discurso, ter exagerado em uma ou em outra situação. Não sei se exagerou, mas isso não dá ao Governador Rodrigo Rollemberg o direito de ignorá-lo como Deputado Federal e principalmente como representante da segurança pública do Distrito Federal. (Palmas.)

Então, quero registrar aqui todo o nosso esforço no sentido de alertar o Governador. Já que o Deputado Chico Vigilante está aqui na tribuna, quero lembrar uma expressão que é típica lá da nossa região, do Piauí e do Maranhão: não dá para ele ficar igual menino-buxão, não é? "Ah, não, estou zangadinho, não sei o quê." Nada disso! Isso é bobagem! O que ele tem é que oferecer a solução. A solução para que os policiais possam voltar a trabalhar com dignidade a ter o seu direito reconhecido, porque isso é direito. Ele deve entender que o problema não é falta de recurso.

Nós sabemos, inclusive, qual é a origem do fundo constitucional. O fundo constitucional é para custear prioritariamente a área de segurança pública. Todos nós sabemos disso. Agora não dá para ele continuar com esse discurso, há dois anos, de que não tem dinheiro. Está bem. Não tem dinheiro. Você é o governador e não dá conta de resolver sem dinheiro. Então, pede para ir embora, doutor! Vai ficar fazendo o quê? Vai ficar mais dois anos torrando a paciência da população? Não dá!

Fica aqui o nosso apelo no sentido de que o Governo entenda que a função de governador, Deputado Delmasso, está acima de sentimentos circunstanciais que o Governador Rodrigo Rollemberg por ventura experimente em relação a outras pessoas. Eu, por exemplo, também não tenho nenhum apreço, nenhuma vontade de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

encontrá-lo, mas sei que muitas vezes a minha função me impõe isso e aí me submeto, pelas 10.026 pessoas que me concederam essa função.

O Governador precisa realmente criar juízo, até porque não estamos mais falando aqui apenas de um problema, estamos falando das consequências de um problema. São as pessoas morrendo, porque a segurança pública no Distrito Federal não existe, porque não há gestão, não há um projeto de segurança pública para o Distrito Federal feita pelo atual Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Devolvo a Presidência ao Deputado Raimundo Ribeiro.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são 18h e quero falar de dois assuntos que me entristecem bastante nesta cidade: da segurança pública e da saúde.

A saúde pública no Distrito Federal, Deputado Joe Valle, é um descalabro completo. Os hospitais estão abandonados! É uma verdadeira situação de calamidade pública. O mais grave é que a saúde pública do Distrito Federal está sob emergência há dois anos. As pessoas nem se lembram mais de que, quando o Governador assumiu, baixou um decreto de emergência na saúde do Distrito Federal.

Esta semana, fui procurado por um programa de televisão desta cidade, o *Balanço Geral*, apresentado pelo Marcão, e fomos ao Hospital de Base, já conheço bastante aquela realidade. E a forma como aquelas pessoas estão sendo tratadas não é como ser humano! É uma situação de guerra!

Em seguida, fui procurado por um grupo de mães de diabéticos tipo 1. Eu, por exemplo, sou diabético tipo 2. Pensei que entendia alguma coisa de diabetes, e a verdade é que, quando conversei com o pessoal de diabetes tipo 1, cheguei à conclusão de que não entendo nada. O tratamento é caro, gastam-se em média 2 mil reais por mês. Fui procurado pela Marília, pela Magna e pela Magda. Dois mil reais! E está faltando tudo! Não tem aquelas fitinhas reagente para medir, não tem medicamento, não tem absolutamente nada – e nem vontade da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para resolver.

Eu sou Oposição, mas eu conversei com o Rollemberg e liguei para ele denunciando a situação do descalabro que está ocorrendo.

Em seguida, fui procurado por outro grupo, o do atendimento médico hospitalar que se dá na casa das pessoas, o serviço de *home care*, que está





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

atrasado. São três contratos: o pagamento de um está atrasado desde junho; outro atrasado desde agosto; e o outro desde setembro. E estão suspendendo o tratamento. É um tratamento que, internado em casa, fica barato, não oferece nenhum risco de infecção hospitalar, entretanto estão cessando o serviço. Devem cerca de 3,5 milhões de reais. O Governador me garantiu que estava mandando pagar 400 mil na segunda-feira – a verdade é que até agora continua sem o atendimento.

Portanto, é gravíssima a situação da saúde. Eu vou continuar acompanhando esses dois casos, mas, se você for a um hospital público hoje, Deputado Joe Valle, é uma lástima! É destruição completa da saúde pública do Distrito Federal.

O segundo ponto é a questão da segurança pública. A impressão que tenho – e estou dizendo isso aqui porque o digo para o Governador, Deputado Cláudio Abrantes – é a de que o Governador está se lixando para a segurança pública do Distrito Federal. Ele tem uma secretaria que pode até ser muito bem-intencionada filosoficamente, mas não se faz segurança pública com filosofia. Não se faz segurança pública filosofando. (Palmas.)

Existe a situação dos policiais civis. Desde que conheço Brasília, estou aqui desde 1977 – e não adianta alguém vir me dizer que não está na lei, porque a tradição neste País tem que valer mais do que a lei –, desde que existe polícia civil e polícia federal no Brasil, o salário é idêntico. Até porque a Polícia Civil do Distrito Federal é polícia da Capital da República.

Inventaram que os policiais civis e militares do Distrito Federal eram os mais bem pagos do Brasil, é mentira! Já estão atrás de uma série de estados, em muitos estados já estão ganhando mais. E não adianta vir me dizer: “Ah, São Paulo paga menos”, mas vejam como está a segurança pública. O problema não é só salário, os policiais não estão em greve só por causa do salário, é também pelas condições de trabalho. E quem está pagando o preço é a população. Estão acontecendo algumas coisas inimagináveis, como por exemplo, o cidadão que foi para uma festa no sábado e, ao sair da festa, uma quadrilha sequestra o cidadão e o leva para casa para sequestrar os parentes que estavam em sua casa, para assaltar o lar de quem estava em casa!

Eu quero lamentar a atitude de alguns comunicadores de televisão desta cidade, que vêm dizer que a culpa é dos trabalhadores. Não é. A culpa não é de vocês. Toda greve é o último grito. Eu já fiz muita greve na minha vida. Ninguém faz greve por fazer, até porque o momento da greve é aquele em que você mais sofre. Estão fazendo porque é o último grito a ser atendido. Portanto, o que cabe ao governo que tem o mínimo de responsabilidade? Dirigir-se ao Governo Federal e dizer que irá mandar a proposta para que se elabore o projeto e o encaminhe ao Congresso Nacional dando a equiparação salarial dos policiais. Ou o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal estão esperando outro “tirotaço”? Eu estava no meio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

dele, e felizmente não sobrou uma bala para mim. Isso foi em 1990. Naquele dia, morreram três cachorros e um cavalo. Felizmente, nenhum policial morreu. Mas estão esperando outro?

A situação, Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. que veio do seio policial sabe, é desesperadora, porque o Governador faz de conta que não é com ele. Eu digo que ele foi Deputado Distrital, foi Deputado Federal, foi Senador da República e, portanto, tem a obrigação de conhecer o Distrito Federal, obrigação de saber das finanças, obrigação de saber sobre as finanças do Distrito Federal.

Não adianta os juízes ficarem mandando vocês voltarem a trabalhar. É engraçado, eu respeito o Judiciário, mas os juízes fazem greve, e ninguém os manda voltar. Os policiais fazem e são insubordinados. "Polícia não pode fazer greve." Está escrito onde que eles não podem fazer? Se enfrentamos a ditadura no tempo da repressão e fizemos greve, não será agora, que se diz um Estado Democrático, que não iremos fazer?

O Governo do Distrito Federal e o Governo Federal atentem para o que está acontecendo no Distrito Federal, porque não são vocês os responsáveis pela greve, são esses dois governos os responsáveis por essa paralisação, porque não querem resolver, porque ignoram vocês, e isso é inaceitável.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estamos aqui com um *quorum* bastante reduzido, mas eu não poderia deixar de colocar aqui o meu repúdio ao que está acontecendo no Brasil. As pessoas, às vezes, não olham para a história. Ontem, o Brasil comemorou, acho, o primeiro golpe de Estado militar que sofreu, e quase ninguém repara nisso. Instalar a República nas condições em que foi instalada foi um golpe. Isso, sim, foi um golpe.

Agora, voltando aqui à questão dos policiais, quero prestar a minha solidariedade aos policiais que estão aí reivindicando a equiparação salarial. Neste momento, o que eu posso dizer é que Deus os abençoe e que Ele consiga fazer com que as coisas possam melhorar para todo mundo. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Muito obrigado ao nosso monarquista, Deputado Lira. Monarca de São Sebastião, rei Lira.

Eu queria, Deputado Chico Vigilante, se V.Exa. me permite, só fazer um acréscimo. Lá no Colégio de Líderes, nós propusemos e discutimos que esta Casa não pode se limitar apenas a ficar mandando recados, pedir audiências. Não. Temos de praticar atos mais concretos. Essa questão de segurança não tem nada a ver com o fato de ser Base, ser Oposição, ser independente. Nada disso! O que está sendo requerido desta Casa é que ela tome uma atitude com todos os instrumentos de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16   11   2016	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

dispõe. E foi proposto lá no Colégio de Líderes, salvo engano pela Deputada Celina Leão, que esta Casa decidisse não votar nenhum projeto enquanto não se oferecer uma solução rápida para a questão da segurança pública e das derrubadas que acontecem no Distrito Federal.

A proposta foi feita, discutida por alguns Líderes que lá estavam, mas eu creio que, na próxima terça-feira – nós temos aqui vários Líderes, como o Deputado Lira, o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Cristiano Araújo –, nós poderíamos reforçar esse entendimento, não para pressionar o governo – como eu disse, não se trata aqui de ser Base ou ser Oposição –, mas porque a sociedade está implorando que nós possamos cumprir o nosso papel.

A Câmara Legislativa não pode ser apenas aquela que vai marcar audiência com o Governador. Quando esta Casa formar uma comissão, que essa comissão tenha caráter resolutivo e que use dos instrumentos que são regimentais e que permitem que a gente possa exercer a pressão legítima sobre o Poder Executivo quando ele falha com a sua obrigação, que é o caso específico que nós agora estamos vivendo no Distrito Federal.

Quero aqui conclamar os Deputados presentes a que, na próxima reunião do Colégio de Líderes, a gente reforce essa proposta. Quem sabe a gente possa dar uma contribuição para a solução desse problema? O primeiro passo é mostrar para o Governador que o problema de segurança, de saúde, de educação, de mobilidade urbana, enfim, os problemas do Distrito Federal são, sim, problemas dele. Ele não foi eleito apenas para habitar o Buriti ou Águas Claras. Ele foi eleito para resolver problemas. Se não tem condições, é muito digno chegar e dizer: “Olha, pessoal, eu não dou conta de fazer isso, não é a minha característica, me perdoem. Muito obrigado. Tchau”. O que não pode é as pessoas estarem morrendo no meio da rua por falta de segurança e ele fazer cara de paisagem como se o problema não fosse dele.

Esta Presidência comunica que, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.122, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 17 de novembro, será transformada em comissão geral para debater a formação continuada dos profissionais da educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Pergunto à Deputada Luzia de Paula, ao Deputado Lira, ao Deputado Cristiano Araújo, ao Deputado Chico Vigilante se pretendem fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo mais quem deseje fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h13min.)